Publicado na Folha de S.Paulo em 08/07/2022.

TMD Friction do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 33.060.716/0002-14

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.363	2.826
Contas a receber de clientes	4	54.220	47.407
Estoques	5	52.611	38.470
Impostos a recuperar	6	27.922	1.068
Despesas antecipadas		39	85
Outros ativos		472	869
Total do ativo circulante		**144.627**	**90.725**
Impostos a recuperar	6	1.196	1.917
Depósito judicial	14	1.821	3.067
Ativo de Direito de Uso	8	5.359	3.431
Imobilizado	7	130.643	137.300
Intangível	7	4.768	5.709
Total do ativo não circulante		**143.787**	**151.424**
Total do ativo		**288.413**	**242.149**
Passivo e patrimônio líquido negativo	**Nota**	**2021**	**2020**
Fornecedores	11	63.675	61.275
Salários, férias e encargos sociais a pagar	12	7.380	8.101
Empréstimos e financiamentos	10	24.723	81.638
Outras provisões	14	10.580	5.715
Passivos de Arrendamento	15	2.165	2.118
Outras contas a pagar – partes relacionadas	9	94.521	92.482
Impostos e contribuições a recolher	13	4.653	2.438
Total do passivo circulante		**207.697**	**253.767**
Empréstimos e financiamentos – Partes relacionadas	10	239.312	181.998
Impostos e contribuições a recolher	13	49	105
Passivos de Arrendamento	15	3.768	1.841
Provisão para processos judiciais	16	6.545	5.019
Total do passivo não circulante		**249.674**	**188.963**
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	18	159.200	159.200
Prejuízos acumulados		(328.158)	(359.781)
Total do patrimônio líquido negativo		**(168.958)**	**(200.581)**
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		**288.413**	**242.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$)

	Nota	2021	2020
Receita operacional liquida	19	336.254	251.023
Custo das vendas	20	(276.001)	(197.276)
Lucro bruto		**60.253**	**53.747**
Despesas de vendas e distribuição	21	(34.187)	(27.655)
Despesas administrativas e gerais	22	(23.310)	(19.456)
Perda ao valor recuperável do contas a receber de clientes	4	(25)	(135)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	30.951	(3.515)
Resultado operacional		**33.682**	**2.986**
Receitas financeiras	24.a	80.944	44.494
Despesas financeiras	24.b	(75.462)	(149.813)
Despesas financeiras líquidas		5.482	(105.319)
Resultado antes dos impostos		**39.164**	**(102.333)**
Imposto de renda e contribuição social		(7.541)	(1.806)
Lucro (prejuízo) do exercício		**31.623**	**(104.139)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	**31.623**	**(104.139)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**31.623**	**(104.139)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**159.200**	**(255.642)**	**(96.442)**
Prejuízo do exercício		(104.139)	(104.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**159.200**	**(359.781)**	**(200.581)**
Lucro do exercício		31.623	31.623
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.200**	**(328.158)**	**(168.958)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020
Resultado do exercício		31.623	(104.139)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7 e 8	19.953	21.983
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	6	(38.432)	–
Recuperação de impostos – Contribuicao Previdenciaria	21	(4.673)	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4	25	135
Resultado na venda de ativo imobilizado		–	3
Provisão para processos judiciais	14	(1.526)	9.909
Provisão para realização dos estoques	5	1.248	(934)
Atualização de depósitos judiciais	14	1.036	1.357
Juros sobre empréstimos não pagos	10	5.229	5.186
Juros sobre Passivo de Arrendamento	15	696	375
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente		7.541	1.806
Variação cambial não realizada		(2.145)	63.613
Outras provisões		4.865	1.548
Variações nos ativos e passivos:			
Outros investimentos		–	9
Contas a receber de clientes		(6.838)	(9.515)
Despesas antecipadas		46	377
Outros ativos		397	(154)
Estoques		(15.389)	(5.904)
Deposito Judicial		210	58.851
Impostos a recuperar		16.972	4.551
Fornecedores		2.400	17.359
Salários, férias e encargos sociais a pagar		(721)	2.235
Outras contas a pagar partes relacionadas		2.039	(22.164)
Outros Passivos		–	(20.044)
Impostos e contribuições a recolher		2.159	(23)
Pagamento de imposto de renda e contribução social		(4.489)	(1.697)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	10	(4.755)	(4.127)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**17.470**	**20.596**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	7	(9.699)	(7.174)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(9.699)**	**(7.174)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal – arrendamentos	15	(3.304)	(5.798)
Captação de empréstimos e financiamentos	10	10.000	33.690
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	10	(7.930)	(44.076)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.234)	(16.184)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**6.537**	**(2.762)**
No início do exercício		2.826	5.588
No fim do exercício		9.363	2.826
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**6.537**	**(2.762)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

1. Contexto operacional – A TMD Friction do Brasil S.A. ("Companhia") foi constituída em 2001, com a compra da COBREQ pelo Grupo alemão TMD Friction. Em 2011, o Grupo TMD Friction foi adquirido pelo Grupo japonês Nisshinbo. A Companhia tem como objeto a fabricação, o comércio e a representação de materiais de fricção, artefatos de metais em geral, ferragens, borrachas e seus sucedâneos, e artefatos plásticos. Desde 2017, a Companhia está localizada na rua das Nações Unidas, nº 2.687 na cidade de Salto, no estado de São Paulo. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R$ 168.958 (R$200.581 em 2020), lucro no exercício no montante de R$ 31.623(Prejuízo R$104.139 em 2020) e capital circulante líquido negativo de R$ 63.070 (R$163.042 em 2020). Para manutenção das atividades operacionais, a Companhia mantém relações ativas com seu controlador na Alemanha, que reitera o compromisso de continuar capitalizando a Companhia através de empréstimos ou aumento de capital sempre que necessário para o cumprimento de suas obrigações. Por esses fatores, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu não haver quaisquer riscos quanto a sua continuidade operacional. Ressalte-se que a Companhia tem apresentado nos últimos anos uma melhora nos indicadores operacionais, mesmo considerando o impacto da COVID-19 e tem a expectativa de lucro nos próximos anos. Impactos do covid-19: A Companhia vem monitorando os impactos decorrentes da pandemia COVID-19 tomando as medidas preventivas necessárias conforme determinações das autoridades de saúde referente a segurança e continuidade de suas operações. Dentre as ações mais relevantes destacamos: Adoção do trabalho à distância ("home office") para todos os colaboradores da área administrativa. Gerenciamento mais rigoroso dos estoques, avaliando criteriosamente as compras realizadas, visando evitar o desabastecimento, garantir a montagem, atender as demandas dos clientes e proteger o caixa da Companhia. Instituição de um comitê de combate a crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias e assertividade na tomada de decisões. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e intangível. Esses riscos foram monitorados e atenuados em 2021 devido a recuperação da economia no Brasil e principalmente no setor automotivo, as vendas da Companhia que apresentaram quedas significativas no segundo trimestre de 2020 se recuperam em 2021 fazendo com que a Companhia registrasse aumento de 34% na receita líquida e 12% no lucro bruto. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis –** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Em conformidade com o OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil -Financeiros de Proposito Geral, a Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **a) Conversão de moeda estrangeira:** (i) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. (ii) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa e fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata (até 90 dias), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com riscos insignificantes de mudança no valor contábil. **c) Contas a receber:** Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e dos adiantamentos recebidos de clientes, quando existentes. **d) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** O montante de perdas em créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. **e) Estoques:** Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. Para os itens considerados obsoletos ou de giro baixo é constituída provisão para obsolescência, considerando sua futura utilização. **f) Imobilizado:** Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, deduzido, se aplicável, de provisão para não realização dos bens quando a geração futura de caixa ou o valor de venda se mostrarem inferiores ao valor residual contábil do ativo. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação, conforme as taxas mencionadas abaixo, é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Um item do imobilizado é baixado no momento da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e com reconhecimento no resultado. As taxas anuais de depreciação utilizadas são as seguintes:

Instalações	10% a 20%
Máquinas e equipamentos	10% a 20%
Ferramentas, moldes e acessórios	10% a 20%
Móveis e utensílios	10% a 20%
Veículos	20% a 40%
Equipamentos de computação	10% a 20%
Benfeitorias em imóveis	4%

g) Intangível: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou, quando aplicável, pelo tempo do direito de uso de um ativo. **h) Redução ao valor recuperável dos ativos:** Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros de longo prazo são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" no fim de cada exercício. Ativos financeiros (incluindo recebíveis) Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. i) Arrendamentos: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste). **j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas de encerramento dos exercícios. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos são reconhecidos quando o momento do fato gerador contábil é distinto do momento do fato gerador fiscal – dispensados desta mensuração os eventos incertos e ainda não concluídos no âmbito contábil como no caso de provisões sem dedutibilidade fiscal –, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa, quando existentes. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes ou quando há a intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Conforme determinado pela prática contábil aplicável (pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro), o saldo do tributo diferido é registrado de forma líquida no balanço patrimonial e assim apresentado na nota em explicativa. **k) Provisão para garantia:** Constituída à época da venda com base no valor estimado a ser gasto durante o período da garantia. Essa estimativa é baseada em informações históricas sobre a natureza, a frequência e o custo médio de reparos por tipo de equipamento e revisada periodicamente. **l) Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **m) Reconhecimento de receita:** O CPC 47 substitui o CPC 30 – Receitas e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. Vendas de produtos: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega. As garantias relacionadas a vendas de produtos não podem ser adquiridas separadamente e servem como garantia de que os produtos vendidos atendem as especificações acordadas. **n) Estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são: Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para obsolescência dos estoques, provisões necessárias para garantias, testes de "impairment" e determinação de vida útil do ativo imobilizado, provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários, entre outros. **o) Instrumentos financeiros:** O CPC 48 estabelece uma nova metodologia para classificação, mensuração e perda ao valor recuperável de ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros: *Classificação e mensuração de ativos financeiros:* A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; ou VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Sob o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Passivos financeiros: *Classificação:* Os passivos financeiros da Companhia são classificados em: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos e financiamentos, fornecedores e fornecedores – partes relacionadas). A Companhia possui como passivos financeiros: fornecedores, fornecedores – partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: (i) Custo amortizado: Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. (ii) Valor justo por meio do resultado: Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda referente a variação em seu valor justo no resultado do período. **p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A Administração, com base em julgamentos e premissas, utiliza estimativas relacionadas aos valores contábeis dos ativos e passivos que não podem ser facilmente obtidas de outras fontes. Essas premissas se baseiam na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas correspondentes são revisadas continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete esse exercício, ou no exercício da revisão e em futuros exercícios, caso a revisão afete os exercícios corrente e futuro. A seguir, são apresentadas as principais origens de incerteza nas estimativas no fim do exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes está estimada para cobrir as possíveis perdas da carteira para os valores classificados em "a vencer" e "vencidos". São considerados para o cálculo da provisão para perdas esperadas os diferentes riscos de acordo com a operação de cobrança, como os casos legais, histórico de perdas dos últimos anos e uma mudança nas condições de mercado que impacte o negócio da Companhia. Provisão para obsolescência dos estoques: A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os produtos e peças, que estão desatualizadas do ponto de vista técnico, produtos descontinuados e materiais com baixo giro na venda e na posterior reposição. Projeções para avaliação da realização do saldo de impostos diferidos: O imposto de renda diferido ativo é reconhecido sobre os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros. Testes de "impairment": A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Provisão para garantias: A provisão de garantia representa uma estimativa contábil na qual as variáveis do cálculo devem ser adaptadas ao tipo de produto comercializado apoiados por uma comparação com o percentual da base histórica dos gastos reais com garantia. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências. **q) Novos pronunciamentos:** q.1) Normas e interpretações novas e revisadas em vigor no exercício corrente: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas.

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.
IFRS 17 (Inclui alterações de junho de 2020)	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações no CPC 18 Alterações aos CPC 26 e CPC 23	As alterações aos CPC 26, Apresentação de Demonstrações Contábeis, CPC 23, Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, esclarecem a definição de 'materialidade' e como ela deve ser aplicada. As alterações também melhoram as explicações da definição e garantem a consistência em todas as normas CPC
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.
Alterações no CPC 14, CPC 40 e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 14, 40 e 48 (Instrumentos Financeiros) fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

q.2) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Adicionalmente a Companhia avaliou as novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e não identificou impactos relevantes:

Pronunciamento	Descrição
Alterações CPC 32	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e divulgação de políticas contábeis.
Alterações ao CPC 15 (R1)	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 27	Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações ao CPC 25	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Alterações ao CPC 23	Definição de estimativas contábeis

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros

3. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	21	30
Bancos conta corrente	386	2.796
Aplicação Automática (i)	8.956	–
	9.363	**2.826**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por disponibilidade em moeda nacional como depósitos bancários em conta corrente com liquidez imediata contendo movimentações de recebimento de seus direitos e pagamentos de suas obrigações. (i) Investimentos com liquidez imediata e resgate automático. O rendimento médio do período está relacionado com a variação da taxa DI, dependendo do tempo em que o valor permanecer aplicado, conforme tabela abaixo:

Prazo de Permanência (Dias)	% Taxa média (DI CETIP)
1 a 29	2%
30 a 89	15%
90 a 179	20%
180 a 359	30%
360 a 719	60%
Acima de 719	100%

4. Contas a receber de clientes	31/12/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	38.596	38.753
Clientes no exterior	6.161	1.706
Perda por redução ao valor recuperável	(355)	(330)
	44.402	40.129
Clientes partes relacionadas (nota nº 9)	9.818	7.278
Total	**54.220**	**47.407**

Demonstramos abaixo o resumo do *"aging list"* relacionado aos títulos de terceiros:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	43.949	39.686
Vencidas até 30 dias	468	429
Vencidas de 31 a 90 dias	30	49
Vencidos de 91 a 180 dias	8	42
Vencidas há mais de 180 dias	302	253
	44.757	**40.459**

As movimentações das perdas por redução do valore recuperável são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(330)	(195)
Reversão de provisão de crédito de liquidação duvidosa	23	555
Constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa	(48)	(690)
Saldo em 31 de dezembro	(355)	(330)

5. Estoques	31/12/2021	31/12/2020
Produto acabado	16.815	16.948
Materiais em Poder de Terceiros	1.475	849
Matéria-prima	17.506	12.035
Mercadorias para revenda	3.085	526
Importação em trânsito	6.578	2.500
Processos – Misturas	2.930	1.915
Adiantamentos a fornecedores	4.222	3.491
	52.611	**38.470**

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos de estoques estão líquidos do montante de R$ 3.709 (R$2.461 em 2020), referente à provisão para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização. A composição da provisão para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	(2.044)	(1.432)
Produtos em processo	(25)	(11)
Matéria-prima e acessórios	(1.276)	(513)
Mercadoria para revenda	(364)	(506)
Total	**(3.709)**	**(2.461)**

As movimentações na provisão para realização dos estoques são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º. de janeiro	(2.461)	(3.395)
Reversão de provisão	1.520	3.492
Constituição de provisão	(2.768)	(2.558)
Saldo em 31 dezembro	**(3.709)**	**(2.461)**

6. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	4.225	1.452
COFINS sobre ativo imobilizado	716	1.069
PIS sobre ativo imobilizado	155	231
PIS e COFINS a Recuperar s/Base ICMS (a)	20.125	–
Contribuição Previdenciária	3.610	–
Outros impostos	287	233
Total	**29.118**	**3.854**
Circulante	27.922	1.068
Não circulante	1.196	1.917

(a) Em 24 de abril de 2019, a Companhia obteve decisão favorável para excluir o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, da base de cálculo do PIS – Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio Público e COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social para o período de março de 2012 a dezembro de 2018. Como consequência de tal decisão judicial, a Companhia obteve o direito legal de reconhecer o correspondente ativo relacionado a esse crédito tributário em 2019. Portanto, em 2019 foram reconhecidos no balanço patrimonial pelo método COSIT13 (valor líquido), porém, conforme modulação do Supremo Tribunal Federal em 13 de maio de 2021, as empresas que tiveram decisão favorável quanto ao processo fiscal inicial, devem tomar o crédito com base no valor de ICMS destacado na nota fiscal ao contrário do anterior modelo adotado baseado no valor de PIS e COFINS pagos. A diferença entre os valores pagos (COSIT13) e o valor destacado na nota soma um total de R$38.432 milhões que foi reconhecido em 2021. O crédito foi contabilizado da seguinte forma, R$38.432 na rubrica de Impostos a recuperar, bem como na demonstração de resultados nas rubricas de outras receitas o montante de R$28.054 (nota explicativa nº 21) e na rubrica de Receitas financeiras (nota explicativa nº 23) o montante de R$10.378 compensado ao longo do ano.

7. Imobilizado – a) Movimentação do custo

	2020 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2021 Saldo final
Terrenos	11.327	–	–	–	11.327
Edifícios	52.349	–	–	–	52.349
Máquinas e equipamentos	142.746	–	–	7.564	150.310
Instalações	32.431	–	–	89	32.520
Moveis e utensílios	1.819	–	–	82	1.901
Benfeitorias	381	–	–	–	381
Equipamentos de Informática	3.633	–	–	308	3.941
Moldes	23.668	–	–	1.253	24.921
Imobilizado em andamento	–	9.699	–	(9.699)	–
Softwares Informática	8.075	–	–	403	8.478
	276.429	**9.699**	**–**	**–**	**286.128**

	2019 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2020 Saldo final
Terrenos	11.327	–	–	–	11.327
Edifícios	52.349	–	–	–	52.349
Máquinas e equipamentos	138.384	–	–	4.362	142.746
Instalações	31.354	–	–	1.077	32.431
Moveis e utensílios	1.784	–	–	35	1.819
Benfeitorias	381	–	–	–	381
Veículos	–	–	–	–	–
Equipamentos de Informática	3.626	–	–	7	3.633
Moldes	21.354	–	–	2.314	23.668
Imobilizado em andamento	5.325	7.174	–	(12.499)	–
Softwares Informática	3.372	–	–	4.703	8.075
	269.256	**7.174**	**–**	**–**	**276.429**

b) Movimentação da depreciação

	2020 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	2021 Saldo final
Edifícios	(11.251)	(1.733)	–	–	(12.984)
Máquinas e equipamentos	(83.389)	(9.968)	–	–	(93.357)
Instalações	(12.668)	(2.518)	–	–	(15.186)
Moveis e utensílios	(804)	(139)	–	–	(943)
Benfeitorias	(338)	–	–	–	(338)
Veículos	–	–	–	–	–
Equipamentos de Informática	(3.421)	(100)	–	–	(3.521)
Moldes	(19.182)	(1.496)	–	–	(20.678)
Softwares Informática	(2.366)	(1.344)	–	–	(3.710)
Total	**(133.420)**	**(17.299)**	**–**	**–**	**(150.717)**
Saldo líquido do imobilizado e intangível	143.009				135.411

	2019 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	2020 Saldo final
Edifícios	(9.518)	(1.733)	–	–	(11.250)
Máquinas e equipamentos	(73.541)	(9.848)	–	–	(83.389)
Instalações	(10.223)	(2.445)	–	–	(12.668)
Moveis e utensílios	(664)	(140)	–	–	(804)
Benfeitorias	(338)	–	–	–	(338)
Veículos	–	–	–	–	–
Equipamentos de Informática	(3.301)	(120)	–	–	(3.421)
Moldes, dispositivos, ferr. medição	(17.731)	(1.452)	–	–	(19.182)
Softwares Informatica	(1.919)	(447)	–	–	(2.366)
Total	(117.234)	(16.185)	–	–	(133.419)
Saldo líquido do imobilizado e intangível	152.022	–	–	–	143.009

c) Teste de redução ao valor recuperável: A Administração da Companhia com base em laudo de especialistas avaliou se o valor de mercado da sua fábrica localizada em Indaiatuba, deduzidos do custo de venda, superavam o valor contábil dos respectivos ativos. Com base nesta análise não foi identificado necessidade de ajuste relativa à recuperabilidade dos ativos não financeiros da Companhia.

8. Ativos de Direito de Uso

	2020 Saldos em 31 de dezembro de 2020	Aquisição	Amortização	2021 Saldo em 31 de dezembro de 2021
Materiais de T.I.	1.657	1.224	(1.158)	1.723
Materiais de Segurança	276	142	(273)	145
Geradores	(16)	45	(15)	14
Veículos	382	1.796	(607)	1.571
Produção (Empilhadeiras, coletores, outros)	1.132	1.375	(601)	1.906
Total	**3.431**	**4.582**	**(2.654)**	**5.359**

9. Partes Relacionadas – As operações com partes relacionadas são substancialmente decorrentes de compras e vendas de produtos, matérias primas, pagamento e operações de empréstimos entre as Companhias, que são realizadas nas condições acordadas entre as partes. Abaixo encontram-se os quadros demonstrativos dos saldos de cada Companhia parte relacionada. **a) Controladora e controladora final:** A controladora direta da Companhia é a TMD Friction Holdings Gmbh, sediada na Alemanha, e a controladora final da Companhia é a Nisshinbo Group Company, sediada no Japão. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração a título de remuneração, benefício e participação nos resultados, incluindo bônus de desempenho estão registrados no resultado do exercício no montante de R$ 2.855 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.690 em 31 de dezembro de 2020).

c) Outras transações com partes relacionadas

2021

	Ativo/Passivo: Contas a receber de clientes (nota nº 4)	Fornecedores (nota nº 11)	Outras contas a pagar	Empréstimos (nota 10) (a)	Resultado: Vendas	Compras
TMD FRICTION HOLDING – GMBH	–	14.653	–	262.176	–	1
TMD FRICTION SERVICES-GMBH	3.608	611	–	–	19.267	3.847
TMD FRICTION ESCO	–	121	–	–	19	–
TMD FRICTION INC – USA	219	17.321	–	–	220	4
TMD FRICTION ESPANHA	16	–	–	–	120	11
TMD FRICTION MEXICO	75	–	–	–	732	2.925
TMD FRICTION UK-INGLATERRA	995	4.199	–	–	2.815	–
TMD FRICTION – COSWIG	–	377	–	–	–	428
TMD FRICTION EURASIA	4.906	–	–	–	8.251	–
TMD FRICTION LUXEMBURG	–	–	9.465	–	–	–
TMD FRICTION SERVICES GMBH	–	–	84.162	–	–	–
TMD FRICTION GROUP LUXEMB	–	–	61	–	–	–
TMD FRICTION HOLDING LUXCO	–	–	832	–	–	–
Total	**9.818**	**37.281**	**94.521**	**262.176**	**31.423**	**7.216**
Circulante	9.818	37.281	94.521	22.864	–	–
Não circulante	–	–	–	239.312	–	–

2020

	Ativo/Passivo: Contas a receber de clientes (nota 4)	Fornecedores (nota 11)	Outras contas a pagar (a)	Empréstimos (nota 10) (b)	Resultado: Vendas	Compras
TMD FRICTION HOLDING – GMBH	–	11.434	–	263.636	–	–
TMD FRICTION SERVICES-GMBH	3.593	1.577	–	–	–	1.631
TMD FRICTION ESCO	–	122	–	–	–	–
TMD FRICTION INC – USA	259	16.796	–	–	–	–
TMD FRICTION ESPANHA	25	–	–	–	40	–
TMD FRICTION MEXICO	146	–	–	–	334	–
TMD FRICTION UK-INGLATERRA	1.147	6.842	–	–	3.800	4.986
TMD FRICTION – ROMENIA	–	–	–	–	–	–

continua …

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 07/07/2022 18:03:02 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/3849

ICP Brasil

... continuação

TMD Friction do Brasil S.A.

	Contas a receber de clientes (nota 4)	Fornecedores (nota 11)	Outras contas a pagar (a)	Ativo/Passivo Empréstimos (nota 10) (b)	2020 Resultado Vendas	Compras
TMD FRICTION – COSWIG	–	1.130	–	–	–	726
TMD FRICTION HAMM GMBH	–	–	–	–	–	1.398
TMD FRICTION EURASIA	2.108	–	–	–	4.619	119
TMD FRICTION LUXEMBURG	–	–	9.550	–	–	–
TMD FRICTION SERVICES GMBH	–	–	82.030	–	20.187	–
TMD FRICTION GROUP LUXEMB	–	–	62	–	–	–
TMD FRICTION HOLDING LUXCO	–	–	840	–	–	–
TMD FRICTION MIDDLE EAST	–	43	–	–	–	–
Total	**7.278**	**37.944**	**92.482**	**263.636**	**28.980**	**8.860**
Circulante	7.278	37.944	92.482	81.638	–	–
Não circulante	–	–	–	181.998	–	–

(a) As operações de empréstimos da Companhia são substancialmente com partes relacionadas, conforme demonstrados nos quadros acima, as informações de vencimento e juros estão divulgadas conforme nota explicativa nº 10.

10. Empréstimos e Financiamentos – a) Composição dos empréstimos e financiamento

Contra-parte/Tipo	Moeda	Último Vencimento das Parcelas (mm/aa)	Taxa juros ao ano	2021	2020
TMD Holding GMBH (nota 9)	Reais	04/25	2%	262.176	263.636
Banco do Itaú S/A	Reais	10/21	11,14%	1.859	–
Total				**264.035**	**263.636**
Circulante				24.723	81.638
Não circulante				239.312	181.998

b) Movimentação dos empréstimos e financiamento

Saldo em 31 de dezembro de 2019	209.350
Captações	33.690
Pagamento de principal de empréstimos	(44.076)
Pagamento de juros dos empréstimos	(4.127)
Variação cambial	63.613
Juros e encargos financeiros	5.186
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263.636
Captações	10.000
Pagamento de principal de empréstimos	(7.930)
Pagamento de juros dos empréstimos	(4.755)
Variação cambial	(2.145)
Juros e encargos financeiros	5.229
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.035**

c) Cronograma de pagamento: Os montantes referentes ao passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Partes relacionadas 2021	Partes relacionadas 2020	Terceiros 2021	Terceiros 2020	Total 2021	Total 2020
2021	–	81.638	–	–	–	81.638
2022	22.864	129.144	1.859	–	24.723	129.144
2023	128.421	–	–	–	128.421	–
2024	–	7.067	–	–	–	7.067
2025	22.864	45.787	–	–	22.864	45.787
2026	88.027	–	–	–	88.027	–
	264.035	**263.636**	**1.859**	**–**	**264.035**	**263.636**

Em 29 de junho de 2021 a companhia celebrou aditivos contratuais com a TMD Holding GMBH para postergar os vencimentos de seus empréstimos, as datas de vencimento estão de acordo com o cronograma demonstrado acima.

11. Fornecedores	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fornecedores nacionais	20.620	20.395
Fornecedores no exterior	5.774	2.937
Fornecedores partes relacionadas (nota nº 9)	37.281	37.944
Total	**63.675**	**61.275**

12. Salários, férias e encargos sociais a pagar	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Salários a pagar	711	920
Encargos sociais	1.436	414
Provisão de férias e encargos	4.017	4.750
Provisão participação nos resultados	1.216	1.481
Outros	–	536
	7.380	**8.101**

13. Impostos a recolher	**31/12/2021**	**31/12/2020**
ICMS a Recolher	1.620	875
IPI a Recolher	660	311
PIS a Recolher	120	205
COFINS a Recolher	467	800
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	428	211
IRPJ E CSLL a Recolher	1.389	109
Outros impostos	18	32
Total	**4.702**	**2.543**
Circulante	4.653	2.438
Não circulante	49	105

14. Provisões	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Provisão Indenização Representantes	1.271	587
Provisão Bônus Diretoria	754	480
Provisão Bônus – Rebates	4.201	2.752
Provisão Comissão Representantes	1.075	810
Provisão Honorários	1.666	116
Provisões Diversas	2.688	970
Total	**10.580**	**5.715**

15. Passivos de arrendamento	**2021**	**2020**
Passivo de arrendamento de direitos de uso		
Saldo inicial	(3.959)	–
Adição	(4.582)	(9.382)
Pagamento de principal e juros	3.304	5.798
Provisão Juros	(696)	(375)
Passivo de arrendamento de direitos de uso	(5.933)	(3.959)
Circulante	(2.165)	(2.118)
Não Circulante	(3.768)	(1.841)
Total	**(5.933)**	**(3.959)**

16. Provisão para processos judiciais e depósitos judiciais – A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais de naturezas trabalhista, civil e tributária, decorrente do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para processos judiciais foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais.

	Depósitos judiciais 31/12/2021	Depósitos judiciais 31/12/2020	Provisões para processos judiciais 31/12/2021	Provisões para processos judiciais 31/12/2020
Trabalhista	1.648	2.893	6.545	5.019
Cível	173	174	–	–
Total	**1.821**	**3.067**	**6.545**	**5.019**

a) As ações trabalhistas, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e terceiros, e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, horas extras, adicionais noturnos e indenização em decorrência de doença laboral. b) Processos judiciais passivos com perda possível. A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, tributários e aspectos cíveis. Em 31 de dezembro de 2021 existem processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R$3.061 (R$5.019 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização. c) Movimentação dos processos e depósitos judiciais no exercício

	2020 Saldo final	Utilizações	Atualização	2021 Saldo final
Provisão para processos judiciais	5.019	(389)	1.915	6.545
Depósitos judiciais	3.066	(2.281)	1.036	1.821

	2019 Saldo final	Utilizações	Atualização	2020 Saldo final
Provisão para processos judiciais	14.928	(17.403)	7.494	5.019
Depósitos judiciais	63.275	(61.565)	1.357	3.066

17. Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base nos lucros tributáveis apurados de acordo com a legislação vigente. A alíquota do imposto de renda é 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R$240. A contribuição social é calculada sobre o lucro tributável, à alíquota de 9%. A alíquota combinada é 34%. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** A reconciliação entre as despesas do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e efetivas está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	39.164	(102.333)
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota combinada	34%	34%
Expectativa de crédito com imposto de renda e contribuição social, em relação ao prejuízo antes destes impostos, de acordo com a alíquota vigente combinada	13.316	(34.793)
Efeito do imposto de renda sobre a diferenças permanentes:		
Incentivos fiscais	(13)	(19)
Ajuste de preço de transferência	90	185
Despesas indedutíveis	4.102	3.353
Créditos não constituídos sobre diferenças temporárias:		
Variação cambial não realizada	(1.253)	33.272
Provisões diversas	(5.455)	616
Prejuízo fiscal e base negativa gerados	(3.246)	(808)
Total da despesa com imposto de renda e da contribuição social	**7.541**	**1.806**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias:		
Provisão de giro lento de estoques (nota 5)	3.709	2.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 4)	355	330
Provisão PLR (nota nº 12)	1.216	1.481
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 14)	10.580	5.019
Variação cambial	153.176	97.859
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social	9.548	2.376
Base de cálculo	202.320	109.526
Alíquota combinada	34%	34%
Créditos de impostos diferidos	68.789	37.239
Provisão para redução ao valor realizável do imposto de renda e contribuição social diferidos	(68.789)	(37.239)
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**–**	**–**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R$ 68.789 (R$ 37.239 em 2020), não reconhecidos nas demonstrações financeiras devido à incerteza quanto a geração de lucros tributáveis futuros. **18. Patrimônio líquido – a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 159.200, dividido em 13.725 mil ações, com valor nominal de R$1 cada uma, divididas da seguinte forma:

Nº de ações	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ações preferenciais resgatáveis (i):		
TMD Friction Holdings	4.000	4.000
Ações ordinárias:		
TMD Friction Holdings (UK)	4.560	4.560
TMD Friction Holdings Gmbh	5.165	5.165
Total ações	**13.725**	**13.725**

(i) As ações preferencias resgatáveis possuem as seguintes características: (a) Direito ao recebimento prioritário de dividendo. (b) Direto ao recebimento de dividendo. (c) Pelo menos 10% (dez por cento) maior que o dividendo atribuído a cada ação ordinária. (d) Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. (e) Direito de serem resgatadas dentro de 90 (noventa) dias a partir da data em que a Companhia tiver aplicado em uma reserva específica para o resgate das ações A no valor equivalente, em moeda corrente nacional, a US$15.000.000 (quinze milhões de dólares norte-americanos) e classe B valor equivalente, em moeda corrente nacional, a US$5.000.000 (quinze milhões de dólares norte-americanos) no valor e tais valores puderem ser totalmente remetidos para o exterior a título de retorno de capital ao acionista titular das ações preferenciais Classe A e B a serem resgatadas. A Companhia avaliou as características destas ações e concluiu que seu reconhecimento atende os critérios de instrumentos patrimoniais. **b) Remuneração aos acionistas:** Não houve destinação de remuneração aos acionistas em 2021 e 2020.

19. Receita operacional líquida	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita bruta – Terceiros	449.236	334.441
Receita bruta – partes relacionadas (nota nº 10)	31.423	28.980
(-) Deduções	(144.405)	(112.398)
Impostos sobre vendas	(137.094)	(106.398)
Descontos comerciais e bonificações	(28)	(29)
Devoluções e abatimentos	(3.965)	(3.782)
	336.254	**251.023**

20. Custo das vendas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Material	(189.180)	(130.317)
Mão de obra direta	(30.287)	(23.920)
Mão de obra indireta	(14.366)	(8.184)
Depreciação	(15.506)	(12.788)
Manutenção e reparos	(5.444)	(4.118)
Energia elétrica	(7.328)	(6.938)
Material de consumo	(4.326)	(3.391)
Serviços terceirizados	(4.414)	(3.727)
Gás	(797)	(380)
Outros custos	(4.353)	(3.513)
	(276.001)	**(197.276)**

21. Despesas de vendas e distribuição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Pessoal	(7.457)	(6.040)
Fretes	(9.086)	(8.036)
Comissões	(6.210)	(4.900)
Viagens	(410)	(331)
Serviços de terceiros	(1.261)	(439)
Despesas com exportação	(3.715)	(2.250)
Bonus IAM	(1.682)	(1.945)
Outras despesas	(4.366)	(3.713)
	(34.187)	**(27.655)**

22. Despesas administrativas e gerais	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Pessoal	(9.686)	(8.330)
Serviços de assessoria	(685)	(757)
Depreciação de ativo direito de uso	(2.654)	(2.741)
Aluguéis	(1.004)	(1.169)
Alocação de despesas corporativas	(4.618)	(3.428)
Serviços de terceiros	(294)	(118)
Outras despesas	(4.369)	(2.913)
	(23.310)	**(19.456)**

23. Outras despesas/receitas líquidas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Indenizações sobre processos trabalhistas	(2.226)	(92)
Crédito sobre Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	28.054	–
Outras Rec. Contribuição Previdenciária	4.673	–
Outras despesas/receitas	450	(3.423)
	30.951	**(3.515)**

24. Resultado financeiro – a) Receitas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial ativa	70.180	44.284
Atualização Monetária sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	10.378	–
Outras	386	210
Total	**80.944**	**44.494**

b) Despesas financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas com juros	(4.855)	(5.558)
Variação cambial passiva	(68.665)	(142.003)
Juros com passivo de arrendamento	(696)	(1.101)
Outras despesas	(1.246)	(1.151)
	(75.462)	**(149.813)**

Passivos	**Valor contábil**	**Valor contratual**	**Até 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Fornecedores	63.675	63.675	63.675	–	–	–
Passivo de arrendamento	5.933	5.933	2.165	3.768	–	–
Outros passivos com partes relacionadas	94.521	94.521	94.521	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	264.035	264.035	24.723	128.421	110.891	–
	428.164	**428.164**	**185.084**	**132.189**	**110.891**	**–**

Risco a taxas de juros*: Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:* A Companhia não está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros significativos em seus empréstimos uma vez que aproximadamente 100% dos saldos em empréstimos/financiamentos a pagar em 31 de dezembro de 2021 são atrelados a taxas pré-fixadas e não expostas a oscilações. Risco a taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de mercadorias, a venda de produtos e captação de recursos de terceiros. *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio*: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio, conforme demonstrado abaixo. Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente apurados pelas taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo considerando que a manutenção da exposição cambial:

	2021 Valor em reais	Valor moeda original	Acréscimo 25%	Acréscimo 50%	Decréscimo 25%	Decréscimo 50%
Cenários Dólar Americano						
Clientes	5.093	913	6.366	7.639	3.820	2.546
Fornecedores	20.749	3.718	25.936	31.123	15.562	10.374
Cenários Euro						
Clientes	10.886	1.723	13.608	16.329	8.165	5.443
Fornecedores	112.975	17.873	141.219	169.463	84.731	56.488
Empréstimos e financiamentos	264.035	41.786	330.044	396.053	198.026	132.018
Cenários Libra	3.844	511	4.805	5.766	2.883	1.922
Fornecedores						

A Companhia possui transações em demais moedas estrangeiras que não as mencionadas acima, do qual não estão sendo apresentados a análise de sensibilidade devido a irrelevância dessas transações. Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo	31/12/2020 Valor contábil	31/12/2020 Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9.363	9.363	2.826	2.826
Contas a receber de clientes	54.220	54.220	47.407	47.407
Outros investimentos	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros	63.583	63.583	50.233	50.233
Passivos				
Fornecedores	63.675	63.675	61.275	61.275
Passivos de Arrendamento	5.933	5.933	3.959	3.959
Outros passivos com partes relacionadas	94.521	94.521	92.482	92.482
Financiamentos e empréstimos	264.035	264.035	263.636	263.636
Total dos passivos financeiros	428.164	428.164	328.870	328.870

O valor justo dos instrumentos financeiros, relativos aos juros, foi determinado conforme descrito a seguir: • As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. • As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes: decorre de operações da Companhia e seus clientes classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Para as operações de empréstimos e financiamentos, estão valorizados pelo custo amortizado, que se aproxima do valor justo deste instrumento financeiro considerando o mesmo tipo de transação com riscos similares. • Fornecedores: decorrem de operações de compra de matérias primas e mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

26. Itens que não envolvem caixa	**2021**	**2020**
Reconhecimento do ativo e passivo de arrendamento mercantil	4.582	9.382

Refere-se aos saldos reconhecidos em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), conforme explicado na nota explicativa de nº 8 e 15. **27. Eventos subsequentes –** Em 31 de março de 2022 a Companhia reconheceu o valor de R$ 24.100 mil referente a créditos de PIS e COFINS referente ao período de outubro de 2001 a dezembro de 2012, mais provisão para honorários de sucesso de R$ 5.061 mil. O registro destes créditos tem como suporte a ação judicial da qual a Associação Santo André da qual a TMD se tornou filiada após o ajuizamento da ação em 25 de outubro de 2006, requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS para seus associados. **28. Aprovação das demonstrações financeiras –** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 16 de maio de 2022.

Ronald Van Schaik – Diretor Financeiro
Sandra Cristina T. de Barros Francatto – Contadora CRC SP 184.552/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
TMD Friction do Brasil S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da TMD Friction do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do item (b) e pelos possíveis efeitos, se houver, que poderiam advir do item (a), mencionados na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TMD Friction do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** a) Conforme a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta, na rubrica de imobilizado, o montante líquido de R$130.643 mil (R$137.300 mil em 2020) e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R$15.995 mil (R$15.738 em 2020). A Companhia não efetuou, desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos, a revisão da vida útil do ativo imobilizado, bem como não determinou a expectativa de valor residual. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e a interpretação técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, a Companhia deve revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. b) Conforme a nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2022, a administração reconheceu o valor de R$ 24.611 mil referente a créditos de PIS e COFINS referente ao período de outubro de 2001 a fevereiro de 2012, mais provisão para honorários de sucesso de R$ 5.168 mil. O registro destes créditos tem como suporte a ação judicial da qual a Associação Santo André da qual a TMD se tornou filiada após o ajuizamento da ação em 25 de outubro de 2006, requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS para seus associados. Em 10 de março de 2020, a Associação recebeu uma decisão final favorável sobre o assunto. Com base nas informações fornecidas pela administração para apoiar o reconhecimento desses créditos. Como resultado, os impostos a recuperar, outras provisões e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a menor em R$ 14.815 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** *Transações com partes relacionadas:* Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém volume significativo de transações de compra e venda de produtos e de empréstimos com partes relacionadas, conduzidas em condições estabelecidas entres essas partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de maio de 2022.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8
Alessandro Costa Ramos
Contador CRC nº 1SP 198.853/O-3

Deloitte.

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 07/07/2022 18:03:02 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/3849

ICP Brasil